

Ata da 37ª Assembleia Geral Ordinária – 10 de junho de 2013

Aos dez dias do mês de junho de dois mil e treze reuniram-se na sede do Parque Nacional Aparados da Serra os conselheiros abaixo relacionados, para tratarem de assuntos da pauta pré-agendada:

(1) Comunidade São Roque e ICMBio; (2) Atualização sobre a Regularização Fundiária; (3) Informes da CT de Fomento ao Turismo; (4) Informes sobre portaria de atualização dos preços de ingressos; (5) Apresentação do projeto de Educação Ambiental na RCCCS e Semana do Meio Ambiente.

A AGO começou com o quórum mínimo, com a leitura da ata da reunião anterior, com uma única correção: Paulo Selau respondeu a uma pergunta e não Josemar Contesini, como estava anteriormente.

A discussão sobre a situação da Comunidade São Roque começou com o Presidente do Conselho informando que, conforme leitura da ata anterior, havia um prazo de 10 dias para que o ICMBio desse um retorno sobre a assinatura definitiva do Termo de Compromisso, que não foi possível ao ICMBio concluir as considerações ao Termo. Relatou que no dia 20 de maio o Presidente do ICMBio esteve aqui reunido com a Comunidade, com a presença do Sr. Sérgio Brant, Diretor de Áreas Protegidas do MMA, ocasião na qual foi proposta uma alternativa ao Termo de Compromisso que pudesse garantir a produção de alimentos sem permitir a abertura de novas áreas dentro dos Parques Nacionais. Após essa reunião, aconteceram diversas tratativas entre o ICMBio e INCRA, sem uma solução definitiva e como a questão está sendo encaminhada pela Presidência e o Ministério, não há muito detalhamento até aquele momento. O Sr. Vilson lembra que após o prazo superado de 30 dias, o Termo de Compromisso estaria valendo. Deonir então lembrou que esta seria a petição do MPF/CCM, de execução judicial do Termo, caso não fosse apresentada uma alternativa após os 30 dias da reunião realizada em 20 de maio. Sr. Marcelo, do INCRA, lembrou que antes da vinda do Presidente Vizentin, no dia 19 de março houve uma reunião do Procurador da República Darlan com as 4ª e 6ª Câmaras Técnicas de Minorias e Meio Ambiente e Minorias do MPF, com presença do Presidente Vizentin e o Diretor Sérgio Brant, reiterando a impossibilidade de assinatura do Termo de Compromisso. Após essa reunião, voltou a correr o prazo de 30 dias para a judicialização do TC, o que venceria então em 20 de abril. Também citou a reunião do Movimento Negro e membros da comunidade com o Ministério do Meio Ambiente e o ICMBio. Repetiu a informação da reunião do dia 20 de maio, com o compromisso do ICMBio de solucionar a questão através dos dois ministérios envolvidos, e que sua execução seria judicial caso não fosse apresentada uma alternativa. Marcelo ainda leu parte da carta encaminhada pelo Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que enviou uma manifestação posicionando-se favorável à assinatura. Sr. Nelson, da FGM, lê manifestação da entidade, que também se posiciona como favorável à assinatura do TC, e entrega cópias da manifestação à Comunidade São Roque, ICMBio e CCPNAS (anexadas à ata). Sra. Maria agradece as manifestações de apoio. Sr. Marcelo, do INCRA, coloca que a Câmara de Conciliação foi reaberta, com duas reuniões, e aguarda a negociação do TC. A Sra. Lurdes, do MNU, lembrou as entidades e representantes presentes na reunião com o MMA, e citou ainda de que o Presidente havia se comprometido de que se a comunidade não concordasse com a proposta do ICMBio, ele assumiria a validade de sua assinatura do TC. Deonir disse que aguarda encaminhamento da Presidência. Vilson afirma que a associação aguarda a solução para a assinatura do termo mas que desde a assinatura da versão apresentada na reunião de março entendem que o termo está em vigor, e que não vão passar fome caso não seja autorizada a abertura de novas áreas. A Sra. Lurdes cita uma reportagem realizada na região onde é citado o

projeto de implementação do Geoparque, sugerindo que a forma como está sendo encaminhado o projeto não haverá aprovação da UNESCO, já que a população tradicional que está localizada na Pedra Branca não foi ouvida. Sugere que o favorecimento de pousadas localizadas no interior do parque sejam a prova de que existe racismo no tratamento das entidades. Após mais algumas argumentações da representante do MNU, Deonir esclarece que não existe nenhuma pousada funcionando dentro dos Parques Nacionais, e que no entorno o uso das propriedades é da autonomia de seus proprietários. Deonir ainda explica brevemente a proposta do Geoparque, informa o status e relata falta de recursos na Secretaria de Desenvolvimento Regional em Araranguá para continuidade do projeto.

O próximo assunto foi a atualização quanto à regularização fundiária. Sr. Deonir relembra o andamento do programa de regularização fundiária apresentado à Justiça Federal em 2011, para atendimento de sentença em Ação Civil Pública do MPF/CXS. Relatou que na atualização do programa apresentado em 2013, devem ser realizadas as vistorias pendentes das investidas em Mãe dos Homens e Rio do Boi não efetuadas em 2011. Numa segunda etapa, além dos imóveis não vistoriados no PNSG, na região conhecida como “Mangueirinha”, remanescentes da 3ª investida de 2011, foram inseridos ainda seis propriedades de Jacinto Machado em 2013, com vistas ao uso público. Lembrou que as 3 investidas programadas para 2012 já não foram realizadas, quais sejam, as regiões da Vila Rosa, Praia Grande e Jacinto Machado, sem a possibilidade de realização também em 2013, apenas as 6 propriedades listadas em Jacinto Machado. Relatou a imissão de posse ao ICMBio da antiga propriedade dos Boff em maio, e assinatura da imissão da propriedade da Agropecuária Florense na próxima quarta-feira, concluindo então a imissão de posse de toda a borda norte do Canion Fortaleza. No processo da Agrolatina, também iniciado em 1996, ainda não houve imissão na posse, sendo que ainda não há uma data definitiva para a conclusão desse processo. Nos demais, esclareceu que, mesmo que ainda esteja se discutindo judicialmente sobre o valor dos imóveis nos processos judiciais, o ICMBio já pode implementar as ações e atividades nas áreas em que foi empossado. Detalha ainda o andamento de diversos dos processos que foram abertos a partir de 2011. Deonir conclui mostrando ao Conselho os valores disponíveis para a regularização fundiária, sendo que no momento não existe disponibilidade de valores para intimar a Agrolatina, sendo que o laudo concluído avalia em cerca de R\$ 3,418 milhões essa propriedade. Deonir não considera aceitável que se deixe de lado, alguns imóveis menores que já tiveram seus processos adiantados para poder usar o recurso ainda disponível no Fundo de Compensação Ambiental para a intimação da Agrolatina. Deonir ainda explica os andamentos dos diferentes processos, fala das dificuldades para a conclusão dos laudos e a realização de novas vistorias. Cita também a dificuldade na instrução processual, após a conclusão dos laudos, quando se encaminhada os processos para a orientação jurídica. Sílvio comenta que vivemos em um país desigual, citando as diferenças existentes nos processos de desapropriação para grandes obras, como as hidrelétricas e as desapropriações realizadas em Unidades de Conservação, onde o objetivo é a preservação do meio ambiente. Sr. Marcelo questiona sobre a regularização fundiária na área de sobreposição com a proposta de Território Quilombola, ao que Sr. Deonir responde que toda a área do PNAS está regularizada e nenhuma área do PNSG, e acrescenta que nenhum encaminhamento será tomado antes da solução da sobreposição dentro da Câmara de Conciliação da AGU.

A seguir, a palavra é passada ao Sr. Brugnera, representante da Câmara Técnica de Fomento ao Turismo, que lembra o próximo evento de aniversário do PNAS, que teremos tempo para planejá-lo com calma esse ano. Comenta que a câmara tem se reunido mensalmente, com eventos nos municípios e as próximas reuniões serão dia 19 de julho em Praia Grande e dia 9 de agosto em Jacinto Machado.

O presidente toma o próximo ponto, comunicando que não saiu a portaria que reajustaria o valor dos ingressos no PNAS.

Por fim, Lúcio informa sobre a realização do projeto de conclusão de curso de Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade, Fortalecendo a Rede de Conservação dos Campos de Cima da Serra, que terá a primeira oficina entre 09 e 11 de julho, na Floresta Nacional de São Francisco de Paula. Relatou também a realização do evento da Semana do Meio Ambiente, em que foram recebidas as escolas dos 3 municípios dos Parques, totalizando 408 participações de escolares, com palestras, visita ao museu e às trilhas do PNAS. O evento foi a continuação do projeto do ano passado, “Comunidade nos Parques: conhecer para preservar”; registrou os agradecimentos às prefeituras de Jacinto Machado, Cambará do Sul e Praia Grande, bem como às Associações de Guias e Condutores de Turismo dos 3 municípios, sem os quais não teria sido possível a realização do evento. Comentou ainda que o GT-Socioambiental será retomado para a consecução do Plano de Educação Ambiental do PNAS/PNSG. Sem mais, encerra-se assim a 37ª AGO e lavro esta ata que vai assinada pelo presidente.

LISTA DE PRESENÇA

NOME	INSTITUIÇÃO
Donizete da Silva Ferraz	Polícia Ambiental de Santa Catarina
Fabício S. Reos	Polícia Ambiental
Rodrigo Castro Silva	SEMA
Marcelo Spaolonse	INCRA
Léa Antonino A. Condé	INCRA
Nilton Tadeu Garcia	INCRA
Regina Padilha da Silva	P. G. S/C
Lucas Bento Aguiar	P. G. S/C
Eliseu S. de Aguiar	Associação Mãe dos Homens
Maria Rita dos Santos	Comunidade Quilombola
Maria de Lourdes Mina	MNU S/C
Lucio Santos	ICMBio
Brás Scavi	Brigada Militar
Ketuly F. Marques	SEMA / RS
José Júnior Ramos	Secretaria de Educação de Cambará do Sul
Álvaro Luiz Machado	SETUR / RS
José Antonio Brugnera	Câmara Técnica
Magnus M. Severo	ICMBio
Jonathan Reis	Secretaria de Agricultura de Praia Grande
Silvio R. Daufenbach	EPAGRI
Nelson Brügger	FGM
Rogério C. Sá	Polícia Militar de Santa Catarina